

ESPAÇO RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vivências de luta pela terra no Planalto Catarinense: um relato de experiência com o MST

Felipe de Araújo Chersoni¹<https://orcid.org/0000-0002-4912-574X>

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Direito, Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Vivências de luta pela terra no Planalto Catarinense: um relato de experiência com o MST

Resumo: Este relato de experiência explora as dinâmicas de violência na luta pela terra no Planalto Catarinense, com foco na atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Descreve as vivências e percepções sobre as formas de repressão enfrentadas pelo movimento em níveis físico, simbólico, psíquico, territorial e institucional. A metodologia adotada, com abordagem etnográfica de imersão participante, envolveu a vivência em assentamentos, acampamentos e ações políticas do MST. Os resultados indicam que a expansão do monocultivo de *pinus*, impulsionada por empresas de celulose, agrava a degradação ambiental, a superexploração do trabalho e as desigualdades sociais na região. Conclui-se que as ações do MST representam formas de resistência territorial, política e simbólica, ancoradas na agroecologia, na solidariedade comunitária e no enfrentamento da violência estatal e privada. O movimento se apresenta, assim, como uma alternativa concreta ao modelo de desenvolvimento excluente, combinando resistência com a construção de novas formas de vida no campo.

Palavras-chaves: relato de experiência; MST; luta pela terra; violência no campo; resistência camponesa.

Experiences of Land Struggle in the Santa Catarina Highlands: An Experience Report with the MST

Abstract: This experience report explores the dynamics of violence in the land struggle in the Santa Catarina Highlands, focusing on the actions of the Landless Workers' Movement (MST). The text describes the experiences and perceptions of the forms of repression faced by the movement at physical, symbolic, psychological, territorial, and institutional levels. The adopted methodology, an ethnographic approach of participant immersion, involved living in MST settlements, camps, and political actions. Results indicate that the expansion of pine monoculture, driven by pulp companies, exacerbates environmental degradation, labor overexploitation, and social inequalities in the region. It is concluded that MST actions represent forms of territorial, political, and symbolic resistance, anchored in agroecology, community solidarity, and confrontation with state and private violence. The movement thus presents itself as a concrete alternative to the exclusionary development model, combining resistance with the construction of new ways of life in rural areas.

Keywords: Experience Report; MST; Land Struggle; Rural Violence; Peasant Resistance.

Recebido em 18.04.2025. Aprovado em 07.07.2025. Revisado em 21.09.2025.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Este relato de experiência apresenta as vivências e percepções desenvolvidas no âmbito de uma dissertação de mestrado¹ (Chersoni, 2023), cujo foco é a análise das dinâmicas de violência na luta pela terra no Planalto Catarinense, com ênfase na atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A problemática parte da constatação de que a repressão aos movimentos populares campesinos persiste como estratégia histórica de manutenção da ordem fundiária, assumindo formas físicas, psíquicas, simbólicas, territoriais e institucionais. A escolha do tema justifica-se pela urgência de compreender como essas violências se atualizam no contexto contemporâneo, especialmente diante da ofensiva do agronegócio e de empresas de celulose na região, cujo modelo de monocultivo de *pinus* aprofunda desigualdades sociais, degrada o meio ambiente e acirra os conflitos no campo.

O objetivo central do presente trabalho é descrever as dinâmicas de violência vivenciadas nas interações entre o MST e as empresas de celulose no Planalto Catarinense. Especificamente, busca-se identificar e apresentar as formas de repressão e exploração da força de trabalho utilizadas por essas empresas; relatar os impactos ambientais do monocultivo de *pinus* como forma de violência ecológica; e compartilhar as estratégias de resistência, solidariedade e organização desenvolvidas pelo MST frente a esse cenário. A metodologia adotada priorizou a etnografia de caráter participante, inspirada em autores como Orlando Fals Borda (1993) e Carlos Rodrigues Brandão (1999), o que permitiu uma imersão direta no cotidiano do movimento, rompendo com a distância entre pesquisador e grupo pesquisado.

A experiência e observação se desenvolveram a partir de vivências de campo em assentamentos, acampamentos, mobilizações políticas e espaços de articulação do MST, incluindo a participação em ações estratégicas e eventos, como a Feira Estadual da Reforma Agrária, estruturada em notas de campo, datadas de 2022. Com base nesse material empírico, este relato estrutura-se em três seções: na primeira, apresenta-se um panorama histórico e contextual da presença do MST em Santa Catarina e no Planalto Catarinense; na segunda, descreve-se a atuação das empresas de celulose e os impactos do “deserto verde”; e, na terceira, são analisados episódios intensos de violência vivenciados durante a ocupação “19 de abril”, revelando o terror imposto por agências privadas contra os lutadores pela terra. A perspectiva teórico-metodológica adotada busca, assim, articular o engajamento com a compreensão crítica das estruturas que sustentam as violências no campo.

A consolidação do MST no Estado de Santa Catarina: entre repressões e resistências

O Sul e Sudeste desempenharam papel fundamental na consolidação do MST, sendo Santa Catarina um dos territórios-chave nesse processo. A história do movimento no estado se entrelaça com sua trajetória nacional. Durante as vivências de campo, foi recorrente ouvir que a região do Planalto Catarinense — local da pesquisa — é um espaço de resistência e repressão histórica, da Guerra do Contestado à Ditadura Militar, até os dias atuais (Chersoni, 2023).

Vilson Santin, liderança histórica do MST e anfitrião nas vivências de campo, esteve presente nos momentos inaugurais do movimento, inclusive na emblemática ocupação de Abelardo Luz. No primeiro contato, durante a Feira da Agroecologia em Florianópolis, em 18 de março de 2022, Santin destacou que as primeiras ações do MST provocaram uma onda de repressão estatal, com perseguições que iam de confrontos com pistoleiros até abusos policiais. Esse diálogo orientou as hipóteses da pesquisa e ampliou a compreensão sobre as dinâmicas de violência no campo (Chersoni, 2023).

Desde o início, Santa Catarina foi palco tanto da luta pela terra quanto do controle repressivo do Estado. A Guerra do Contestado e o apagamento da resistência popular são exemplos significativos. No contexto da redemocratização, a tática da ocupação como solução — definida em encontros do movimento — impulsionou o MST no estado, contribuindo decisivamente para sua articulação nacional (Martins, 2022, p. 250).

Gert Schinke (2017), com base em dados oficiais, evidencia como a ditadura militar promoveu a entrega de terras públicas a empresas estrangeiras, facilitando fraudes, grilagens e exploração ambiental. Essa lógica conduziu, em 1980, à primeira ocupação do estado, na Fazenda Burro Branco, em Campo Erê. A área, então em litígio, pertencia a uma tradicional família curitibana envolvida com especulação fundiária (Lisboa, 1997;

Pereira, 2015). A repercussão pública levou à desapropriação da terra em 12 de novembro, dando início à produção coletiva (Lisboa, 1997).

Nos anos seguintes, o movimento avançou rapidamente. Em janeiro de 1983, ocorreu o primeiro encontro regional dos sem-terra do Sul, seguido, em julho, da primeira assembleia com sindicatos e da criação de comissões municipais. Em dezembro de 1984, foi realizado o primeiro congresso estadual, e, em julho, o primeiro ato público em frente ao INCRA, exigindo desapropriações (Lisboa, 1997).

A ocupação de Abelardo Luz, em 25 de maio de 1985, marcou um ponto de inflexão na luta pela terra. Cerca de duas mil famílias ocuparam propriedades na região, fortalecendo a pauta nacional do MST e iniciando os assentamentos no estado. Durante o trajeto, as famílias sofreram ataques de pistoleiros, que incendiaram a estrada. As mulheres, no entanto, enfrentaram o fogo com lençóis e galhos, garantindo a continuidade da ocupação (Lisboa, 1997; MST, 2015).

Trinta anos depois, o MST em Santa Catarina colhia os frutos de sua resistência: mais da metade dos assentados vivia da produção de leite — somando mais de 31 milhões de litros por ano — além de uma produção expressiva de mel, grãos, hortaliças e carne, sustentada por dez cooperativas consolidadas (MST, 2015).

Vilson Santin, em entrevista ao site do MST, relembra momentos fundamentais da trajetória do movimento em Santa Catarina. Destaca que, em maio, completam-se 30 anos das primeiras ocupações no estado — um período marcado por intensas lutas, adversidades e conquistas. Segundo ele, a organização no estado teve início com o apoio de lideranças religiosas, especialmente o bispo Dom José Gomes e sua equipe, em um contexto de rearticulação popular no final da ditadura militar. O primeiro congresso nacional do MST, em janeiro de 1985, foi decisivo: dele surgiu a tática das ocupações com o lema “Terra pra quem nela trabalha” (Santin *apud* MST, 2015). Logo após o congresso, foram realizadas duas grandes ocupações no Oeste catarinense, reunindo cerca de duas mil famílias. Embora o Incra tenha dispersado as famílias por várias regiões, essa ação contribuiu para a expansão e fortalecimento do movimento em todo o estado (Santin *apud* MST, 2015).

Ao ser questionado sobre o momento mais marcante desses 30 anos, Santin lembra com emoção da ocupação de 25 de maio em Abelardo Luz. Foi a primeira grande mobilização, e ele relata a forte carga emocional daquele dia, quando se deparou com uma multidão de famílias mobilizadas. Ao lado de Egídio Brunetto, também liderança do movimento, sentiu o impacto da responsabilidade que assumiam: “Olha só o que nós fizemos, e agora?” (Santin *apud* MST, 2015). Para Santin, essa lembrança simboliza o início da luta e a esperança de que, mesmo que não estejam presentes no futuro, as novas gerações seguirão o caminho iniciado (Santin *apud* MST, 2015)².

No município de Passos Maia, na região imediata de Xanxerê e região intermediária de Chapecó, o movimento escreve mais alguns importantes capítulos da luta pela terra no estado. Em 1995, ocorre a ocupação da Fazenda Ameixeira, com aproximadamente 800 famílias de toda a região. “Assim, durante esse processo histórico de ocupações no município, foram constituídos 14 assentamentos, com aproximadamente 448 famílias”, que se denominam de “Taborda, Sapateiro I, Sapateiro II, Quiguay, Zumbi dos Palmares, Madre Cristina, Maria Rosa, 20 de novembro, 29 de junho, Che Guevara, União do Oeste, 13 de junho, Conquista do Horizonte e Conquista de Sepé” (Forchesatto; Moretto, 2021, p. 4).

Essa região foi importante para a expansão e consolidação do movimento, pois continha uma quantidade enorme de terras improdutivas, o que chamou a atenção das autoridades a nível inclusive internacional. Raquel Forchesatto (2018) estudou as feiras da reforma agrária no estado, dando relevância à participação das mulheres, e o município de Passos Maia se destaca no trabalho da autora, que traz diversos relatos de companheiras que foram assentadas após resistirem nos acampamentos que se formaram nesse território.

Eu participei na ocupação da Ameixeira. A gente teve uma reunião na comunidade com os sindicalistas e passou uma experiência dos assentamentos de Dionísio Cerqueira, e eu achei muito bonito as experiências que eles tinham lá no coletivo. E daí, como a gente não tinha terra, a gente optou por vir pra ocupação. A gente viu que era uma coisa boa e bonita que a gente precisava, porque a gente não tinha terra, dependia de trabalhar na terra dos outros, e foi que nos convencemos de vir pra ocupação da Ameixeira há 22 anos atrás, foi aqui na Ameixeira em Passos Maia (Entrevistada A) (Forchesatto, 2018, p. 45).

A participação da comunidade foi um aspecto importante na organização das famílias sem-terra. Conforme relatado pela entrevistada, essa organização foi denominada de “sindicalistas”, e o “sucesso” do movimento

no estado catarinense foi resultado de inúmeras organizações, que consolidaram hoje o MST, colocando Santa Catarina em lugar de destaque na produção diversificada de alimentos saudáveis (Forchesatto, 2018). Outro ponto de relevância, que também será destacado nos tópicos pertinentes à observação participante, é que as famílias que se organizaram junto ao movimento, constituídas por mães, esposas, mulheres grávidas, negras, e outros, viram nele uma forma de sobrevivência (Forchesatto, 2018).

Os processos de violência no estado de Santa Catarina são históricos, porém se intensificaram a partir da década de 1970. Essa intensificação se deu por diversos motivos, principalmente pelos processos de “modernização” da agricultura no estado, permeados pela exploração e concentração de terras por empresas estrangeiras, contando com total respaldo dos militares (Pagoto, 2010).

Esses processos de violência e criminalização contra os sem-terra se deram de diversas formas. De acordo com Lisboa (1997, p. 75), “o trabalhador do campo geralmente sofreu de violência tríplice, quando nos embates ostensivos ocorreram assassinatos, espancamentos e prisões, que se manifestaram nos atos de grilagem, expulsões, assassinatos, queima de casas, destruição de roças e despejos”.

O ano de 2016 marcou mais uma vez as ações do movimento no estado, ajudando na consolidação do MST na região do Planalto Sul de Santa Catarina, por meio de ações organizadas e simultâneas de ocupação em diferentes áreas. Uma das ações aconteceu no município de Zortéa, onde o movimento ocupou uma área de 80 hectares, montando o acampamento Celeste Melo, com a esperança de assentar cerca de 200 famílias. A área estava sob processo de adjudicação, com seu suposto proprietário devendo cerca de 30 milhões em impostos (MST, 2016)³.

Na mesma ocasião, ocupou-se uma área no município de Três Barras. “O acampamento que leva o nome em homenagem a Chico Lessa foi ocupado por cerca de 40 famílias” (MST, 2016) essa área também se enquadra na perspectiva dos grandes devedores que marcam a história do latifúndio em Santa Catarina. Dando continuidade à ação conjunta, ocorreu a ocupação “na Residência Fuck, no município de Monte Castelo. O acampamento Hugo Chávez, que conta com cerca de 50 famílias” (MST, 2016).

A ação conjunta contou também com a ida dos companheiros de Santa Catarina a Brasília, para pressionar as autoridades a desapropriar as áreas que estavam sendo ocupadas, para que as famílias pudessem produzir alimentação saudável. “Arrecadar áreas que são de grandes devedores da União é a nova estratégia do Incra, uma vez que o país está em crise e, na prática, o governo não precisa desembolsar recursos para aquisição de novas terras” (Santin *apud* MST, 2016).

Atualmente, o movimento continua atuante na expansão das ocupações em diversos municípios. Uma de suas principais estratégias é a solidariedade, com a organização de doações dos frutos da produção nos assentamentos — uma ferramenta utilizada para estreitar os laços com a comunidade, marca da consolidação e expansão do MST em Santa Catarina. Essas ações se tornaram ainda mais necessárias durante o período da Covid-19. Um exemplo foi a doação de 6 toneladas de alimentos realizada pelo movimento em 2020: “Organizados em 300 cestas, os alimentos doados foram produzidos por trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra de assentamentos, localizados nos municípios de Abelardo Luz, Chapecó e Passos Maia” (MST, 2020⁴).

Violência territorial: os desertos verdes e a superexploração da força do trabalho no Planalto Catarinense

As percepções compartilhadas neste e no próximo tópico resultam de nossa participação junto ao MST, especialmente no mês de abril, quando acompanhamos a ocupação denominada “19 de Abril” e estivemos no assentamento Anita Garibaldi e no pré-assentamento “Filhos do Contestado”. Essas experiências foram detalhadas em nossa dissertação de mestrado (Chersoni, 2023). Aqui, abordamos tanto nossa chegada à região quanto a vivência na ocupação, destacando momentos registrados em nosso caderno de campo que sintetizam a complexidade da luta pela terra no local.

A expansão do monocultivo de *pinus* no Planalto Catarinense, impulsionada pela indústria de celulose, transformou a paisagem local — com uma imensidão de *pinus* que se estende além do que nossos olhos podem alcançar — e a economia da região, assim como intensificou os conflitos agrários e a violência no campo. Esse processo, marcado pela concentração de terras e pela exploração predatória dos recursos naturais, é sustentado

por uma teia de poder que inclui grandes empresas, latifundiários e o próprio Estado, que frequentemente atua como agente de repressão e criminalização dos movimentos sociais e populares⁵.

Nesse contexto, a luta do MST contra os “desertos verdes”⁶ de *pinus* é também uma luta contra a violência do Estado, que se manifesta de diversas formas: desde a criminalização das ocupações até a degradação do solo, das nascentes de rios e demais riquezas naturais, culminando na repressão policial, que se torna a ponta de lança para a sustentação dessas dinâmicas de violência.

O *pinus*, espécie exótica introduzida no Brasil para atender à demanda da indústria de papel e celulose, é cultivado em larga escala no Planalto Catarinense. A região, que antes abrigava biodiversidade e uma agricultura diversificada, tem sido transformada em um “deserto verde”, onde extensas áreas são cobertas por florestas homogêneas de *pinus*, comprometendo a fertilidade do solo, a disponibilidade de água e a sobrevivência de espécies nativas. Como destacam Cazella e Búrigo (2008), a introdução do *pinus* na região foi acompanhada por um processo de concentração fundiária e de expropriação de pequenos agricultores, que foram forçados a abandonar suas terras ou a trabalhar como mão de obra sazonal para as empresas de celulose. A degradação ambiental causada pelo monocultivo de *pinus* é um dos aspectos mais críticos dessa expansão. O plantio em larga escala altera o equilíbrio ecológico, reduzindo a biodiversidade e comprometendo os recursos hídricos. O *pinus* seca nascentes e reduz a disponibilidade de água para as comunidades locais. Além disso, o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos contamina o solo e os cursos d’água, afetando a saúde das populações rurais e a qualidade dos alimentos produzidos na região (Cazella; Búrigo, 2008).

Do ponto de vista social, observa-se que a expansão do monocultivo de *pinus* tem exacerbado as desigualdades no campo. As grandes empresas de celulose, muitas delas multinacionais, concentram a posse da terra e os recursos produtivos, enquanto os pequenos agricultores e trabalhadores rurais são marginalizados. A mão de obra utilizada no plantio e na colheita do *pinus* é, em sua maioria, temporária e precarizada, com baixos salários e condições de trabalho insalubres. Como apontam Stedile e Fernandes (2005), a lógica do agronegócio, baseada na maximização dos lucros e na exploração intensiva dos recursos naturais, exclui os pequenos produtores e aprofunda a pobreza no meio rural.

O MST na região passou a simbolizar, portanto, uma nova forma de vida, onde pessoas que dedicaram anos trabalhando nas terras de grandes empresas agora têm a oportunidade de acessar sua própria terra, cultivar alimentos diversificados e compartilhar os lucros por meio do cooperativismo. Um exemplo disso foi vivenciado durante nossa visita ao pré-assentamento Filhos do Contestado, onde nos hospedamos na casa de um casal de militantes do movimento, que compartilharam suas histórias de vida (Chersoni, 2023).

Um dos companheiros, que trabalhou por 40 anos na cidade, em uma das grandes empresas de celulose da região, foi descartado pela empresa quando não era mais considerado útil, encontrou no MST a chance de ter sua própria terra ao lado de sua esposa e praticar a agricultura diversificada. Com orgulho, ele nos mostrou sua plantação e o manejo agroecológico, destacando a importância de produzir alimentos sem agrotóxicos e de adotar o cooperativismo como forma de melhorar suas condições de vida (Chersoni, 2023).

Quando perguntamos como conheciam o movimento, o companheiro nos contou que trabalhou 40 anos na cidade, boa parte desse tempo em uma dessas empresas de celulose, onde realizava trabalhos braçais que, posteriormente, foram substituídos por máquinas. Ele continuou na empresa por mais algum tempo, mas acabou sendo dispensado quando não era mais considerado útil. Como consequência, carrega até hoje problemas de saúde, incluindo parafusos e placas na coluna, fruto do trabalho pesado que desempenhou. Mesmo após quatro décadas de trabalho, ele nunca conseguiu comprar um pedaço de terra, tendo gastado o fruto de seu esforço no tratamento de sua saúde (Chersoni, 2023).

A vida no pré-assentamento é marcada por desafios, mas também por conquistas significativas. A terra já foi garantida, e as famílias aguardam a liberação de recursos para a construção do primeiro assentamento agroecológico do estado. Antes de chegar ao Filhos do Contestado, muitos passaram por outros acampamentos, enfrentando reintegrações de posse violentas e a dificuldade de permanecer na luta. Embora alguns tenham desistido ao longo do caminho, aqueles que persistem continuam trabalhando e cuidando da terra, conscientes de que a conquista definitiva exige resistência e organização coletiva (Chersoni, 2023).

O cenário tornou-se ainda mais desafiador com a chegada do governo Bolsonaro, que dificultou a vida dos acampados e a expansão do movimento, com o aumento do custo de vida e a necessidade de reforçar a segurança dos territórios já conquistados. Apesar disso, a companheira do casal reafirmou sua satisfação em fazer parte da luta, reconhecendo o papel fundamental do MST na garantia de uma vida digna para aqueles que,

por anos, foram explorados e descartados pelo modo de produção capitalista e a modernização conservadora no campo (Chersoni, 2023).

A resistência do MST ao monocultivo de *pinus* também se expressa na organização de feiras agroecológicas, onde os assentados comercializam produtos livres de agrotóxicos e provenientes de sistemas diversificados de produção. Além de fortalecer a economia dos assentamentos, essas feiras contribuem para a conscientização da população urbana sobre os impactos do agronegócio e a importância da reforma agrária. Como observa Forchesatto (2018), a participação das mulheres nas feiras agroecológicas é um aspecto fundamental dessa estratégia, pois elas desempenham um papel central na produção e na comercialização dos alimentos, além de serem protagonistas na luta pela terra. No entanto, a resistência ao monocultivo de *pinus* não está isenta da violência estrutural. As empresas de celulose, com o apoio do Estado (repressão direta) e de setores conservadores da sociedade, utilizam diversas estratégias para criminalizar e reprimir as ações do MST. A violência no campo — que inclui desde ameaças e intimidações até despejos violentos e assassinatos — é uma realidade constante para os militantes do movimento.

Essa realidade de repressão cotidiana não é apenas uma abstração teórica: ela se materializa de forma contundente em ações como a ocupação “19 de abril”, cuja vivência será abordada no próximo tópico. Os relatos a seguir evidenciam como as formas contemporâneas de violência — simbólica, tecnológica e armada — se expressam nas práticas concretas de resistência do MST.

Entre tiros, drones e desertos verdes: a complexidade da violência contra lutadores e lutadoras pela terra

A ocupação do dia 19 de abril foi mais um capítulo na história de luta do MST no Planalto Catarinense. Realizada em uma área improdutiva dominada por *pinus*, a ação reuniu cerca de 100 pessoas, incluindo famílias sem-terra, apoiadores e representantes de movimentos sociais. A mística de abertura, sempre um momento emocionante e marcante, consistiu em erguer a bandeira do MST e construir a guarita, símbolo de que a terra estava ocupada e seria transformada em um espaço produtivo e comunitário (Chersoni, 2023).

A escolha da data não foi aleatória. O dia 19 de abril é o Dia da Resistência Indígena, e Santin destacou a importância de homenagear os povos originários, “os primeiros donos do Brasil” (Chersoni, 2023, p. 193). O nome do acampamento, “19 de abril”, foi escolhido em referência a essa simbologia. Durante a ocupação, as famílias construíram barracos, capinaram terrenos e prepararam refeições coletivas, demonstrando a força da organização comunitária (Chersoni, 2023).

No entanto, a ação não foi isenta de tensões. Participamos, durante três dias, das atividades junto à organização e a manutenção do acampamento. Ao longo do primeiro dia e em parte do segundo, caminhonetes passaram pela estrada, que até então estava praticamente deserta, em uma clara tentativa de intimidar os ocupantes (Chersoni, 2023).

No segundo dia, logo após o almoço, enquanto conversávamos sobre os princípios, objetivos, táticas e estratégias do MST, um companheiro experiente que havia reforçado a guarita chegou com um semblante sério, alertando que todos do movimento deveriam ir imediatamente para a guarita. Por volta das 15h53, três carros de grande porte, que passaram várias vezes pela estrada pela manhã, pararam um pouco mais adiante (Chersoni, 2023). A tensão era evidente, mas Santin logo tomou a palavra, transmitindo tranquilidade:

Gente, está tudo certo, viu aí. Aqui tá a guarita, o nosso acampamento está logo ali no fundo, e eles estão passando pra nos fazer medo, isso é praxe. A terra estava abandonada, improdutiva, e não é de propriedade dessa empresa. Só o que nós queremos é a terra pra trabalhar, produzir. Esses *pinus* eles podem levar, nosso movimento não faz questão disso, não serve pra comer (Chersoni, 2023, p. 196).

Após suas palavras firmes e o grito coletivo de “MST, A LUTA É PRA VALER!”, todos retomaram as atividades com mais coragem, embora alguns permaneceram na guarita para reforçar a segurança (Chersoni, 2023, p. 196).

Por volta das 16h50min, o momento mais tenso do dia se revelou. Três grandes caminhonetes, com adesivos de uma conhecida empresa de celulose na região e no mundo, pararam na guarita. Delas, desceram sete homens brancos, um deles armado e usando colete à prova de balas, posicionando-se em frente à guarita em uma tentativa clara de intimidação. Questionaram quem respondia pelo movimento, querendo saber quem havia indicado aquela terra para “invasão”, e insistiram que a ocupação era irregular, afirmando que a terra era

produtiva. “A gente veio conversar com vocês porque como a área é da empresa e está produtiva a ‘ocupação’ é ilegal” (Chersoni, 2023, p. 197). Um dos companheiros respondeu com firmeza: “Nós respondemos por nós. A terra é improdutiva e passível de reforma agrária, isso está na lei. Os *pinus* não nos interessam, vocês podem tirar os *pinus* de vocês.” (Chersoni, 2023, p. 197).

Ao sermos questionados sobre quem havia fornecido informações sobre a terra, um companheiro respondeu de forma resoluta: “Tem coisas que não conversamos.” (Chersoni, 2023, p. 197). E seguiu explicando:

A gente veio em paz, a intenção nossa é ocupar uma área para produzir alimentos. Aqui são todas as famílias carentes, sem-terra da região. Nós vamos reivindicar e, se não der certo, essa também é uma forma de denúncia, talvez, do estado em que se encontra a terra. Aqui na região existem representantes do INCRA, então vamos nos movimentar para reivindicar essa terra (Chersoni, 2023, p. 197).

Santin chegou em seguida, junto a outros membros, elogiando a postura firme e organizada de todos. Após o episódio, a rotina voltou ao normal, com momentos de descontração e contação de histórias. Porém, ao longo do dia, notamos o que parecia ser um drone, algo que vem sendo cada vez mais frequente em outras ocupações do movimento, e que vem sendo denominado de novas formas de controle (Chersoni, 2023, p. 197).

No dia seguinte, 20 de abril de 2022, a tensão persistiu. Ainda de madrugada, ouvimos cerca de cinco disparos de arma de fogo. Um dos companheiros da guarita suspeitou que o responsável era vizinho da propriedade. A comissão de segurança tratou de acalmar os ânimos, lembrando que isso é comum no início das ocupações e que, com o tempo, o clima tende a se estabilizar (Chersoni, 2023).

Ao amanhecer, um grupo de companheiros se reuniu e percorreu a estrada da ocupação, discutindo os acontecimentos da madrugada. Eles reafirmaram a suspeita de que os disparos de arma de fogo provavelmente foram feitos por um vizinho da propriedade. Um dos membros comentou com firmeza: “Eles acham que vai nos amedrontar, mas estamos habituados. É assim, nossas peleias sempre foram” (Chersoni, 2023, p 198). Santin, por sua vez, apontou que essas ações são uma forma de “terror psicológico”, usada por proprietários de terras vizinhas para intimidar os ocupantes de áreas recém-ocupadas” (Chersoni, 2023, p 198).

Os drones seguiram sendo objeto de atenção. Acreditava-se que eles eram usados para monitorar os movimentos no acampamento, o que gerava preocupação. Contudo, os membros mais experientes, como Santin, mantinham a serenidade e politizavam os acontecimentos, reforçando a importância de não permitir que tais atitudes desmobilizassem a luta (Chersoni, 2023).

Santin destacou que essas táticas intimidatórias são estratégias conhecidas e já enfrentadas pelo movimento em diversas outras ocupações. Outro companheiro experiente, por sua vez, complementava, sempre com palavras encorajadoras, lembrando que o MST tem a força coletiva como principal ferramenta de resistência (Chersoni, 2023).

Além disso, o bom humor é uma das estratégias utilizadas como uma resposta à opressão e ao terror psicológico. Em várias ocasiões, os companheiros mais antigos utilizaram brincadeiras e relatos históricos das ocupações mais antigas para aliviar a tensão, criando um ambiente de resistência alegre e fortalecendo os laços entre todos. Essa união, combinada com a experiência e a politização dos acontecimentos, era o que permitia ao movimento continuar firme em sua luta pela terra e pela dignidade (Chersoni, 2023). Essas estratégias mostram que, mesmo diante do terror e da violência, o MST resiste e se reinventa, reafirmando que a luta pela terra é, também, uma luta por dignidade, memória e futuro.

Considerações finais

A partir da experiência vivida e analisada ao longo desta pesquisa, foi possível compreender que a luta pela terra no Planalto Catarinense, conduzida pelo MST, revela uma complexa teia de violências que transcende a própria repressão física, abrangendo aspectos simbólicos, psíquicos, ambientais e estruturais. Desde a consolidação do movimento em Santa Catarina, a resistência dos trabalhadores sem-terra enfrenta forças de poder histórico, corporativo e estatal, todas voltadas para a manutenção de uma ordem fundiária desigual e predatória. A monocultura de *pinus*, conhecida como “deserto verde”, compromete a biodiversidade e a saúde ambiental da região, ao mesmo tempo em que intensifica a exploração da mão de obra e aprofunda a marginalização socioeconômica.

A criminalização/repressão contra o MST, a violência de agromilícias⁷ e as novas tecnologias de controle, como drones, destacam a modernização das estratégias de repressão. Entretanto, o movimento responde com táticas igualmente estruturadas e coletivas, priorizando a solidariedade, a produção agroecológica e a politização das suas bases como forma de resistência. Feiras agroecológicas e ocupações organizadas evidenciam a capacidade do MST de construir alternativas concretas ao agronegócio, promovendo uma agricultura sustentável e inclusiva.

Para seguir na luta, o MST aposta no fortalecimento das alianças comunitárias, na disseminação de práticas agroecológicas e na articulação política com outros movimentos sociais. A firmeza do movimento nos horizontes políticos, aliada à experiência acumulada, sustenta a capacidade do MST de confrontar as dinâmicas de violência e projetar um futuro de mais dignidade no campo com a reforma agrária. Essa abordagem multifacetada reflete a essência do movimento: resistência, organização e solidariedade como pilares da transformação na sociedade. E alimenta a esperança de que outro mundo é possível.

Referências

- BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L. O desenvolvimento territorial no planalto catarinense: o difícil caminho da intersetorialidade. *Extensão Rural*, n. 15, p. 5-30, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5497>. Acesso em: 17 set. 2025.
- CHERSONI, F. de A. *A criminologia campesina*: os impactos do controle social na luta pela terra junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região do Planalto Catarinense. 2023. 231f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2023. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/11250>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- CHERSONI, F. de A. A criminologia campesina. *Revista Direitos Humanos e Sociedade*, Criciúma, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2024a. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/dirhumanos/article/view/9167>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- CHERSONI, F. de A. Agromilícias: conceito, características e a continuidade público-privada na violência contra camponeses. *Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 2, n. 35, p. 150-169, 2024b. Disponível em: <https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/699>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- FALS BORDA, O. La investigación participativa y la intervención social. *Documentación social*: Revista de estudios sociales y de sociología aplicada, Madrid, n. 92, p. 9-22, 1993.
- FERNANDES, L. *Eucalipto*: o deserto verde que ameaça a vida dos povos tradicionais do campo. *MST Notícias*, 21 fev. 2017. [Não paginado]. Disponível em: <https://mst.org.br/eucalipto-o-deserto-verde-que-ameaca-a-vida-dos-povos-tradicionais-do-campo/>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- FORCHESATTO, R. *Feiras da reforma agrária*: concepções sobre a atuação das mulheres na produção agroecológica. 2018. 142f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. Disponível em: <https://rd.ufffs.edu.br/handle/prefix/2133>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- FORCHESATTO, R.; MORETTO, S. P. O Oeste de Santa Catarina e o surgimento do MST: reflexões sobre questões sociais e ambientais. *História em Debate*, v. 4, n. 1, 2021. Disponível em: <https://portaleventos.ufffs.edu.br/index.php/HD/article/view/16143>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- LISBOA, T. K. A luta dos sem-terra no Oeste Catarinense. *Revista Katálysis*, n. 1, p. 104-127, 1997. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2928489.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.
- MARTINS, A. F. G. *A questão agrária no Brasil*: da Colônia ao Governo Bolsonaro. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *MST completa 30 anos de luta e resistência em Santa Catarina*. MST, 25 maio 2015. [Não paginado]. Disponível em: <https://mst.org.br>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA. *MST intensifica a luta pela terra em Santa Catarina*. MST, 2016. [Não paginado]. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/09/08/mst-intensifica-a-luta-pela-terra-em-santa-catarina/>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- PAGOTO, T. *A reforma agrária no Oeste de Santa Catarina e os conflitos pela terra*. 2010. 170f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Passo Fundo, 2010. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/132/>. Acesso em: 20 set. 2025.
- PEREIRA, P. M. *Reforma agrária e ditadura militar*: A ocupação da fazenda Burro Branco na memória dos trabalhadores rurais. 2015. 111f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Profissional em Agroecossistemas do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/160639/338176.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2025.

SCHINKE, G. *O golpe da “reforma agrária”*: fraude bilionária na entrega de terras públicas em Santa Catarina. 2. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2017.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente*: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

Notas:

- ¹ Outro desdobramento deste trabalho, porém, de cunho mais teórico pode ser encontrado em (Chersoni, 2024a).
- ² Mais detalhes em: <https://mst.org.br/2015/05/25/mst-completa-30-anos-de-luta-e-resistencia-em-santa-catarina/>
- ³ Mais detalhes em: <https://mst.org.br/2016/09/08/mst-intensifica-a-luta-pela-terra-em-santa-catarina/>
- ⁴ Mais detalhes em: <https://mst.org.br/2020/06/07/solidariedade-e-luta-mst-doa-6-toneladas-de-alimentos-em-santa-catarina/>
- ⁵ Conjuntura parecida pode ser observada em outras localidades do país: <https://mst.org.br/2007/02/06/entidades-se-unem-contra-impactos-gerados-por-empresa-de-celulose/>; <https://mst.org.br/2023/03/09/nota-sobre-a-reuniao-de-mediacao-de-conflitos-com-a-suzano-papel-e-celulose/>
- ⁶ “Deserto verde” é a expressão utilizada para definir extensas áreas ocupadas por monoculturas, geralmente de espécies exóticas ou commodities agrícolas, que, apesar de aparentarem vitalidade, empobrecem o solo, reduzem a biodiversidade e comprometem o equilíbrio ambiental (Fernandes, 2017).
- ⁷ Desenvolvemos conceitualmente o tema das agromilícias em Chersoni (2024b).

Felipe de Araújo Chersoni

felipe_chersoni@hotmail.com

Mestre em Direito (UNESC) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais (PPGCrim).

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Av. Ipiranga, 6681, Prédio 11, Sala 1031
Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil.
CEP: 90.619-900

Agradecimentos

Agradeço a Vilson Santin por toda a acolhida durante o desenvolvimento da pesquisa e das demais atividades junto ao MST em Santa Catarina, assim como pela bonita amizade que construímos. Não menos importante, agradeço ao MST por lutar por uma reforma agrária popular. Agradeço também à UNESC e à CAPES pela oportunidade e pelos recursos que viabilizaram a realização desta pesquisa. Por fim, expresso minha gratidão ao meu orientador, Jackson da Silva Leal, pelo acompanhamento atento e pela orientação ao longo de todo o processo.

Agência financiadora

Pesquisa financiada pelo PROSUC-Capes (Processo nº 88887.609028/2021-00).

Contribuições do autor

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor declara seu consentimento para a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Disponibilidade de dados:

Não se aplica.

Editores Responsáveis

Mailiz Garibotti Lusa – Editora-chefe
Claudemir Osmar da Silva – Comissão Editorial